

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.224.397 - RS (2017/0325835-3)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : MARCELO NICOLAIEWSKI SANT'ANNA - RS028313
ALISSON DOS SANTOS CAPPELLARI - RS046946
AGRAVADO : LEONARDELIO DORVALINO SCHMIDT
ADVOGADOS : LUCIANA LALUS AMADO - RS081001
ANA LISIANE DE DEUS BARRETO SILVA - RS098048

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. SÚMULA Nº 284 DO STF. NECESSIDADE DE PRÉVIA LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA COLETIVA. APURAÇÃO DA DÍVIDA POR MEROS CÁLCULOS ARITMÉTICOS. PRETENSÃO RECURSAL EM SENTIDO CONTRÁRIO. SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

LEONARDELIO DORVALINO SCHMIDT (LEONARDELIO) promoveu cumprimento provisório de sentença proferida em ação civil pública, em desfavor de BANCO DO BRASIL S.A. (BANCO DO BRASIL), relativa a expurgos inflacionários sobre saldo devedor de cédulas de crédito rural.

O BANCO DO BRASIL opôs exceção de pré-executividade, que foi rejeitada sob o fundamento de que seria desnecessária a prévia liquidação da sentença coletiva.

Contra essa decisão, o BANCO DO BRASIL interpôs agravo de instrumento, que foi provido pelo Desembargador Relator para converter o cumprimento individual de sentença coletiva em liquidação.

Irresignado, LEONARDELIO interpôs agravo interno, que foi provido pelo TJRS em acórdão assim ementado:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. IDEC. AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 1998.01.1.016798-9/DF.

1. A condenação proveniente de ação coletiva, genérica e que

Superior Tribunal de Justiça

apenas fixa a responsabilidade do réu pelos danos causados (art. 95 do CDC), não se reveste de liquidez necessária ao cumprimento espontâneo do comando sentencial, de forma a ser imprescindível sua prévia liquidação individual, com a respectiva dilação probatória. “Ratio decidendi” do REsp nº 1.247.150/PR, julgado em caráter repetitivo.

2. Todavia, tendo em vista que um dos deveres dos Tribunais, impostos pelo Novo Código de Processo Civil, é também uniformizar e manter estável a sua jurisprudência (art. 926), e considerando o entendimento majoritário esposado por este Colegiado, no sentido de admitir a propositura do cumprimento acompanhado apenas de meros cálculos aritméticos, a reforma da decisão monocrática é medida que se impõe.

AGRAVO INTERNO PROVIDO (e-STJ, fl. 279).

Os embargos de declaração opostos pelo BANCO DO BRASIL foram rejeitados (e-STJ, fls. 313/321).

Inconformado, BANCO DO BRASIL interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação dos arts. 509, *caput*, 1.022 e 1.025 do NCPC, aduzindo, em síntese, que (1) o acórdão recorrido foi omissivo; e (2) necessidade de prévia liquidação.

Não foram oferecidas contrarrazões.

O apelo nobre foi inadmitido ante a incidência das Súmulas nºs 7 do STJ, e 284 do STF. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial, no qual foi alegada a inaplicabilidade dos referidos óbices sumulares.

Não foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) Da negativa de prestação jurisdicional

Verifica-se a deficiência na fundamentação do recurso especial com relação a alegada ofensa aos arts. 1.022 e 1.025 do NCPC, haja vista que BANCO DO

Superior Tribunal de Justiça

BRASIL não demonstrou especificamente qual o ponto omissivo, obscuro ou contraditório do acórdão recorrido, tendo apenas alegado, de forma genérica, que os referidos dispositivos legais foram violados por não ter o acórdão examinado questões apontadas em embargos de declaração.

Com efeito, cabia ao BANCO DO BRASIL detalhar e/ou demonstrar, de forma clara, precisa e fundamentada, como e em que medida o acórdão recorrido teria afrontado os referidos dispositivos legais, o que não ocorreu, revelando a deficiência na fundamentação do recurso especial, no ponto.

Desse modo, a deficiência na fundamentação recursal inviabiliza a abertura da instância especial, porquanto não permite a exata compreensão da controvérsia, incidindo, pois, à espécie, o óbice da Súmula nº 284 do STF, *verbis*: *É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*

A propósito, os seguintes julgados desta eg. Corte Superior:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. [...]. 2. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ALEGAÇÃO GENÉRICA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. [...]. AGRAVO IMPROVIDO. [...]

2. Em relação à negativa de prestação jurisdicional, verifica-se que a parte ora recorrente se limitou a defender genericamente a ocorrência de violação do artigo 535 do CPC/1973, sem especificar concretamente sobre quais questões teria a Corte de origem incorrido nos vícios de omissão, contradição ou obscuridade, de maneira que se revela inadmissível o recurso especial no ponto, ante a deficiência em sua fundamentação, conforme jurisprudência consolidada na Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicada analogicamente pelo STJ. [...]

7. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp nº 1.200.579/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, DJe de 18/4/2018, sem destaque no original).

VIOLAÇÃO AO ART. 1022 DO CPC DE 2015. SÚMULA 284 DO STF. [...]. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A alegada violação ao art. 1.022 do CPC de 2015 é genérica, sem discriminação específica dos pontos efetivamente omissos, contraditórios ou obscuros sobre os quais teria incorrido o acórdão impugnado, o que atrai a incidência, por analogia, da Súmula 284/STF.

[...]

Superior Tribunal de Justiça

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.129.996/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe 1º/12/2017, sem destaque no original).

(2) Da necessidade de prévia liquidação

Tendo o TJRS entendido que a apuração do valor executado pode ser feito por meio de simples cálculos aritméticos, reformar tal entendimento encontra óbice no enunciado da Súmula nº 7 do STJ.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. ADMISSIBILIDADE DE LIQUIDAÇÃO ABREVIADA. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA DA TITULARIDADE DO DIREITO PLEITEADO E APURAÇÃO DA DÍVIDA POR MEROS CÁLCULOS ARITMÉTICOS. PRETENSÃO RECURSAL EM SENTIDO CONTRÁRIO QUE ESBARRA NA SÚMULA N. 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. O entendimento desta Corte é de ser possível a dispensa de liquidação por arbitramento ou artigos nas execuções coletivas que permitam verificar o valor devido por simples operação matemática com planilha de cálculo. Entretanto, essa possibilidade deve ser analisada caso a caso devido à diversidade de situações fáticas existentes nos processos coletivos.

2. O Tribunal de origem afirmou que os documentos apresentados com a petição que requereu o cumprimento individual da sentença eram suficientes para comprovar, de plano, o valor da dívida e também a titularidade do crédito pleiteado, sem necessidade de uma liquidação por artigos ou arbitramento. Aferir se a liquidação de sentença deve ser procedida por simples cálculo aritmético ou mediante liquidação por artigos na ação coletiva enseja o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência que atrai o óbice da Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1602761/RO, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, DJe 2/3/2018)

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 03 de outubro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO
Relator

